



renova
> ENERGIA



**Informações financeiras
intermediárias individuais e
consolidadas**

30/06/2025

Renova Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Em 30 de junho de 2025

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	14

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1)- Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34-*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410-Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410-*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Encerramento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e capitalização de créditos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial.

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. Em 24 de julho de 2025, decorreu o prazo recursal, sem que houvesse qualquer recurso contra a decisão de encerramento, estando pendente apenas a certificação do trânsito em julgado.

Além disso, o Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”). O aumento de capital é homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$ 534.474 mil. No entanto, em 13 de maio de 2025 a “2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais”, em sede de julgamento embargos de declaração, reconheceu nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos. Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação, considerando-se então como efetiva a homologação do referido aumento de capital social.

Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

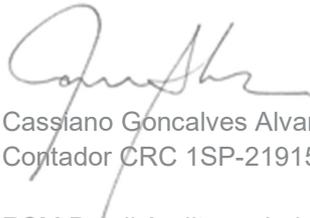
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anterior

O exame dos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2024 e a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificação com parágrafo de ênfase relacionada ao Plano de Recuperação Judicial, datados em 28 de março de 2025 e 14 de agosto de 2024, respectivamente.

São Paulo, 14 de agosto de 2025.



Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7


RSM

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	249	16.211	47.410	144.216
Aplicações financeiras	6	11.035	-	39.993	5.145
Contas a receber de clientes	7	-	-	76.551	48.798
Tributos a recuperar	8	881	840	24.038	12.579
Partes relacionadas	24	56.473	64.936	-	-
Adiantamentos a fornecedores		571	246	470	2.293
Despesas antecipadas		557	119	5.631	9.953
Compromissos futuros	18	-	-	79.628	63.415
Outros créditos		1.512	671	3.956	1.870
Total dos ativos circulantes		71.278	83.023	277.677	288.269
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	-	22	-	22
Depósitos judiciais		632	795	2.639	2.714
Tributos diferidos		-	-	15.108	12.900
Partes relacionadas	24	12.937	-	-	-
Compromissos futuros	18	-	-	205.691	213.868
Investimentos	9	1.362.692	1.029.986	-	-
Imobilizado	10	180.148	116.436	2.525.296	2.543.573
Total dos ativos não circulantes		1.556.409	1.147.239	2.748.734	2.773.077
TOTAL DOS ATIVOS		1.627.687	1.230.262	3.026.411	3.061.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	10.549	19.688	80.857	65.404
Empréstimos e financiamentos	13	1.510	688	32.624	33.691
Tributos a recolher	14	2.046	2.681	13.178	9.288
Salários, encargos e férias a pagar		5.606	7.402	7.200	8.972
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	185.585	159.834
Arrendamentos a pagar	11	746	195	1.281	695
Compromissos futuros	18	-	-	69.890	76.712
Adiantamentos de clientes		118	100	5.279	5.897
Partes relacionadas	24	30.486	30.486	-	-
Outras contas a pagar	16	3.487	2.081	4.416	2.149
Total dos passivos circulantes		54.548	63.321	400.310	362.642
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	12	56.547	16.638	162.129	260.380
Empréstimos e financiamentos	13	32.231	31.881	698.950	1.110.499
Debêntures privadas	13	-	53.756	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	18	-	-	34.788	39.123
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	78.488	71.413
Arrendamentos a pagar	11	10.228	8.324	26.389	24.277
Partes relacionadas	24	9.110	107	-	-
Provisão para perda sobre investimentos	9	28.730	21.092	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	17	48.534	129.596	84.152	161.145
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	27.141	26.349
Compromissos futuros	18	-	-	113.112	85.503
Outras contas a pagar	16	94.864	89.596	108.057	104.064
Total dos passivos não circulantes		280.244	350.990	1.333.206	1.882.753
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19	4.704.869	4.170.394	4.704.869	4.170.394
Recursos para futuro aumento de capital		229	-	229	-
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.370.447)	(3.312.687)	(3.370.447)	(3.312.687)
Total do patrimônio líquido		1.292.895	815.951	1.292.895	815.951
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.627.687	1.230.262	3.026.411	3.061.346

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Demonstrações dos Resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Nota	Controladora			
		01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024
	Nota explicativa				
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		75.019	76.536	803	(2.776)
Depreciações e amortizações	10	(895)	(1.779)	(1.092)	(1.928)
Outras receitas (despesas) líquidas		(55)	(302)	(1.849)	(1.972)
Total	21	74.069	74.455	(2.138)	(6.676)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	(73.380)	(108.558)	(42.448)	(94.138)
Ganho na alienação de ativos	1.1.4	-	658	65.576	65.576
Total		(73.380)	(107.900)	23.128	(35.238)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		689	(33.445)	20.990	(35.238)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		382	530	84	101
Despesas financeiras		(1.293)	(24.845)	(7.231)	(12.936)
Total	22	(911)	(24.315)	(7.147)	(12.835)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(222)	(57.760)	13.843	(48.073)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(14.520)	(14.520)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	14.520	14.520
Total	23	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(222)	(57.760)	13.843	(48.073)
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	26	(0,00)	(0,16)	0,04	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.



	Nota	Consolidado			
		01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024
	Nota explicativa				
RECEITA LÍQUIDA	20	149.932	234.020	56.022	98.609
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com compra de energia		(105.922)	(156.016)	(1.538)	(4.441)
Custo de operação		(19.740)	(34.074)	(13.663)	(28.374)
Depreciações e amortizações	10	(24.057)	(49.808)	(25.197)	(47.720)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(5.555)	(11.521)	(5.760)	(11.449)
Total	21	(154.294)	(250.439)	(46.158)	(91.984)
Compromissos futuros marcação a mercado	18	(32.344)	(12.750)	(12.954)	(24.666)
RESULTADO BRUTO		(37.686)	(30.149)	(3.090)	(18.041)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		61.234	46.020	(11.615)	(26.036)
Depreciações e amortizações	10	(1.002)	(1.990)	(1.190)	(2.099)
Outras receitas (despesas) líquidas		(414)	(780)	(1.552)	(1.701)
Total	21	59.818	43.950	(14.357)	(29.836)
Ganho na alienação de ativos	1.1.4	-	658	65.576	65.576
Total		-	658	65.576	35.740
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		22.132	14.459	48.129	17.699
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.769	6.485	1.378	1.890
Despesas financeiras		(35.436)	(79.912)	(37.325)	(71.651)
Total	22	(32.667)	(73.427)	(35.947)	(69.761)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(10.535)	(58.968)	12.182	(52.062)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.069)	(4.133)	(16.551)	(18.342)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		11.382	5.341	18.212	22.331
Total	23	10.313	1.208	1.661	3.989
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(222)	(57.760)	13.843	(48.073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Informações

Trimestrais



Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2024 à 30/06/2024
Prejuízo líquido do período	(222)	(57.760)	13.843	(48.073)	(222)	(57.760)	13.843	(48.073)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(222)	(57.760)	13.843	(48.073)	(222)	(57.760)	13.843	(48.073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social		Recursos para futuro aumento de capital	Reservas de Capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio Líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.195.618)	933.020
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(48.073)	(48.073)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.243.691)	884.947
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.312.687)	815.951
Aumento de capital social - com emissão de ações	19.b	534.475	-	-	-	-	534.475
Recursos para futuro aumento de capital	19.b	-	-	229	-	-	229
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(57.760)	(57.760)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	19	4.704.869	(41.757)	229	1	(3.370.447)	1.292.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(57.760)	(48.073)	(57.760)	(48.073)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas					
(aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	1.779	1.957	54.581	50.632
Compromissos futuros marcação a mercado	18	-	-	12.751	24.666
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	1.226	78	2.074	357
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.426	1.878	62.213	55.631
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	35	-	1.224	-
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	31.957	30.591
Multa sobre ressarcimento	15	-	-	-	20.185
Atualização e provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17				
		(81.062)	4.233	(76.993)	4.475
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(718)	(97)	(6.609)	(1.983)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	24	110	253	-	-
Juros sobre contas a pagar	22	16.938	5.857	3.752	8.484
Juros sobre passivo de arrendamento	11	1.084	857	1.917	1.759
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	-	-	792	740
Tributos diferidos ativos		-	-	(2.208)	1.270
Resultado de equivalência patrimonial	9	108.558	94.138	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(27.753)	2.330
Depósitos judiciais		163	1.775	75	2.105
Tributos a recuperar		5	(31)	(11.459)	7.339
Despesas antecipadas		(165)	(224)	4.322	(1.005)
Adiantamentos a fornecedores		(325)	255	1.823	592
Outros créditos		(1.499)	(5.850)	(2.744)	(3.867)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		41.059	(8.243)	6.268	(20.010)
Adiantamento de clientes		18	-	(618)	5.699
Tributos a recolher		(635)	(1.067)	8.666	(6.251)
Tributos diferidos passivos		-	-	(4.335)	(8.387)
Salários e férias a pagar		(4.744)	(3.638)	(4.720)	(3.721)
Contas a pagar CCEE	15	-	-	(519)	(13.992)
Outras contas a pagar		6.674	(37.698)	6.260	(38.143)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(109)	(4.776)	(2.174)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.409)	(1.223)	(32.698)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		31.758	5.028	(34.517)	69.249
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	9	(54.355)	-	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	9	(5.947)	(1.965)	-	-
Caixa líquido das controladas incorporadas	1.1.5	110	-	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.1.2	658	-	658	-
Aplicações financeiras		(10.295)	388	(28.217)	2.586
Aquisição de imobilizado / desenvolvimento	10	(9.512)	(3.148)	(30.989)	(11.024)
Dividendos recebidos	9	12.613	-	-	-
Partes relacionadas	24	8.463	960	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(58.265)	(3.765)	(58.548)	(8.438)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.



	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes Relacionadas - ações resgatáveis	9	4.597	-	-	-
Valores pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	13	-	(967)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		229	-	229	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.043)	-	(305)	(229)
Pagamento de passivos de arrendamento		(2.131)	-	(3.665)	-
Partes relacionadas	24	8.893	916	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamento		10.545	(51)	(3.741)	(229)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15.962)	1.212	(96.806)	60.582
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	16.211	246	144.216	17.600
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	249	1.458	47.410	78.182
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15.962)	1.212	(96.806)	60.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
RECEITAS					
Vendas de energia	20	-	-	267.582	113.214
Compromissos futuros marcação a mercado		-		(12.749)	(24.665)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	658	65.576	658	65.576
Outras receitas		4.138	2.761	6.025	2.761
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços de energia elétrica		-	(11)	(230.734)	(44.652)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		79.525	(5.295)	63.230	(15.113)
Valor adicionado bruto		84.321	63.031	94.012	97.121
Depreciação	10	(1.779)	(1.928)	(51.798)	(49.819)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		82.542	61.103	42.214	47.302
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(108.558)	(94.138)	-	-
Receitas financeiras		574	106	6.605	1.913
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(25.442)	(32.929)	48.819	49.215
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		3.178	576	8.994	5.425
Honorários da administração		2.591	380	7.331	3.575
Benefícios		438	363	3.353	2.588
FGTS		283	282	860	938
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.243	1.015	4.913	13.205
Estaduais		-	-	832	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		27.247	7.820	77.214	64.203
Aluguéis		(424)	(396)	113	202
Outros		(2.238)	5.104	2.969	7.152
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do período		(57.760)	(48.073)	(57.760)	(48.073)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(25.442)	(32.929)	48.819	49.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Informações trimestrais individuais e consolidada para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2025.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1. Informações Gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, a operação de centrais de processamento de dados, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):



Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. ("Renova PCH")	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ¹ Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) ¹	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	Controlada indireta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Abil S.A. ¹ Centrais Eólicas Acácia S.A. ¹ Centrais Eólicas Angico S.A. ¹ Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ¹ Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ¹ Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. ¹ Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ¹ Centrais Eólicas Tabua S.A. ¹ Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 ("LER 2013").
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ¹ Centrais Eólicas Cedro S.A. ¹ Centrais Eólicas Vellozia S.A. ¹ Centrais Eólicas Angelim S.A. ¹ Centrais Eólicas Facheio S.A. ¹ Centrais Eólicas Sabiu S.A. ¹ Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ¹ Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Jataí S.A. ¹ Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ¹ Centrais Eólicas Amescla S.A. ¹ Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. ¹ Centrais Eólicas Manineiro S.A. ¹	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. ¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ² Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ² Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ² Centrais Eólicas Canjoão S.A. ² Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ² Centrais Eólicas Conquista S.A. ² Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ² Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ² Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ² Centrais Eólicas Macambira S.A. ²	Controlada direta (Incorporada)	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.

Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ² Centrais Eólicas Tingui S.A. ² Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ² Centrais Eólicas Caliandra S.A. ² Centrais Eólicas Cansanção S.A. ² Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ² Centrais Eólicas Ico S.A. ² Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ² Centrais Eólicas Lençóis S.A. ² Centrais Eólicas Putumuju S.A. ²	Controlada direta (incorporada)	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
SF 120 Participações Societárias S.A. Renovapar S.A.	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Maracujá Ltda. UFV Gregal Ltda. UFV Lagoa Ltda. UFV Tambora Ltda. UFV Vatra Ltda. UFV Cachoeira Ltda. UFV Fotiá Ltda. UFV Morrinhos Ltda. UFV Iracema Ltda. UFV Azufre Ltda. UFV Junco Ltda. UFV Caraubas Ltda. UFV Quixabas Ltda.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B (Incorporadas nota 1.1.5)

1.1. Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31.12.2024 e período findo em 30.06.2025

1.1.1. Pagamento de credores

Conforme cronograma de pagamento de amortização previsto nos Planos de Recuperação Judiciais da Renova, em fevereiro de 2023 a companhia realizou o pagamento da primeira parcela aos credores com Garantia Real “Classe II”, cujo montante total foi de R\$34,4 milhões. Em agosto de 2023, a Cia. constituiu acordo de *Standstill*, conforme Fato Relevante publicado em 13 de agosto de 2023, o qual possibilitou o pagamento parcial de juros no total de R\$10,6 milhões, pagos em três parcelas iguais e consecutivas com vencimento entre agosto e outubro de 2023. Em continuidade as tratativas no âmbito da Recuperação Judicial os novos aditamentos foram submetidos à homologação em 14 de outubro de 2024, e em 15 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento de R\$18,9 milhões referente aos juros acumulados do período, com homologação final dos aditivos ocorridos em 30 de outubro de 2024.

Quanto aos pagamentos dos credores quirografários, Classe III, estão sendo realizados conforme previsto cronograma de pagamento do plano de Recuperação Judicial da Cia. Adicionalmente, em fevereiro e agosto de 2024, foram realizados os pagamentos dos credores classe III, no valor montante de R\$24,4 milhões do Plano de Recuperação Judicial.

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano De Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

1.1.2. Suspensão da liminar contrato Light

Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Light.

Os recursos pendentes de julgamento não detêm efeito suspensivo. Assim, diante do julgamento em 25 de abril de 2024 do incidente da Recuperação ajuizado pela LightCom, a Companhia incluiu no quadro geral de credores o crédito de R\$51 milhões em favor da LightCom, Classe III (Nota 17).

A partir de janeiro de 2025, o contrato anteriormente rescindido unilateralmente pela LightCom com a controlada Renova Comercializadora S.A foi restabelecido e voltou a produzir seus efeitos.

1.1.3. Acordo transação de projetos em desenvolvimento

Em abril de 2024, foi assinado um instrumento particular de transação entre a Companhia e o Grupo Sallus, representado por suas sociedades investidas, dedicados à pesquisa e implementação de projetos de energia eólica e solar. O acordo abrange a sobreposição de projetos em desenvolvimento entre as partes. Para transação foram atendidas todas as condições precedentes, destacam-se a homologação pelo juízo da Recuperação Judicial e a autorização do CADE.

1.1.4. Earn-Out – Alto Sertão II

Em abril de 2024 foi concluído o ajuste de preço sob a forma de *earn-out*, conforme previsto no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a Companhia e a AES. O impacto deste ajuste de preço foi positivo no resultado da Companhia em R\$65,5 milhões com impacto no caixa de R\$22,1 milhões e reversão de provisão em Outras Contas a Pagar de R\$43,4 milhões.

1.1.5. Incorporação de empresas do grupo

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, a incorporação de 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do Complexo Alto Sertão III – Fase B (relação das empresas nota 1) pela Companhia com data base de 30 de abril de 2025. A operação, fundamentada em laudos de avaliação independentes, visa à simplificação da estrutura societária e à consolidação dos ativos operacionais.

Como efeito direto, foi promovida a baixa da rubrica de Debêntures Privadas na controladora, anteriormente vinculadas às SPEs incorporadas, sem impacto no consolidado do Grupo.

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos incorporados obtidos a partir do supracitado laudo com data base de 30 de abril de 2025:

Valores expressos em milhares de reais

ATIVOS	30/04/2025	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/04/2025
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	110	Fornecedores	3.567
Tributos a recuperar	46	Total dos passivos circulantes	3.567
Despesas antecipadas	273		
Total dos ativos circulantes	429	NÃO CIRCULANTES	
		Fornecedores	22.946
		Total dos passivos não circulantes	22.946
NÃO CIRCULANTES		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Debêntures privadas	52.593	Capital social	341.469
Imobilizado	50.755	Recursos para futuro aumento de capital	1.373
Total dos ativos não circulantes	103.348	Prejuízos acumulados	(265.578)
		Total do patrimônio líquido	77.264
TOTAL DOS ATIVOS	103.777	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.777

1.2. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de junho de 2025:

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 30/06/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(32.792)	(438.953)	61.092	718.834
Classe III - credores quirografários	324.890	(11.457)	(95.522)	3.498	221.409
Extraconcursal	33.342	(943)	-	2.080	34.479
Total	1.487.719	(45.192)	(534.475)	66.306	974.722

Classes	Saldo em 31/12/2023	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2024
Classe I - credores trabalhistas	118	-	(1)	(117)	-
Classe II - credores com garantia real	1.035.274	-	(18.420)	112.633	1.129.487
Classe III - credores quirografários	284.768	57.938	(24.412)	6.596	324.890
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	842	(374)	-	(468)	-
Extraconcursal	30.558	-	(543)	3.327	33.342
Total	1.351.560	57.564	(43.376)	121.971	1.487.719

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorreram da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.

- ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas tiveram 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, foram automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	5,00%	5,00%
2029	5,00%	5,00%
2030	5,00%	16,00%
2031	16,00%	18,00%

Em 11 de agosto de 2023, a Companhia celebrou acordo de *standstill* com os credores titulares de créditos com garantia real, referente à parcela semestral com pagamento previsto para 14 de agosto de 2023 (“Parcela Agosto/23”).

Por meio do Acordo, os credores com garantia real concordaram em: (i) receber parte da Parcela Agosto/23, no valor de R\$10.630, dividida em 3 pagamentos, mensais e de igual valor, com vencimento prorrogado para o último dia dos meses de agosto, setembro e outubro de 2023 (“Pagamento Parcial”); e (ii) não realizar quaisquer atos de cobrança do saldo da Parcela Agosto/23 durante a vigência do Acordo, que se encerrou em 15 de setembro de 2023.

Em 15 de setembro de 2023 a Companhia celebrou aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram devidamente homologados pelo Juízo da recuperação judicial, segundo previsto no acordo de *standstill* celebrado em 11 de agosto de 2023, que deixou de vigor nesta data.

Em 10 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos. Os Aditamentos se limitavam a prever que a parcela semestral devida aos credores com garantia real em 10 de dezembro de 2023 seria paga até 02 de fevereiro de 2024.



Tal ajuste se limitava à forma de pagamento dos credores com garantia real, não afetando e nem alterando as formas de pagamentos previstas pelos Planos para os demais credores da Companhia

A parcela semestral com pagamento previsto para 14 de fevereiro de 2024, não foi paga aos credores titulares de créditos com garantia real.

Em 7 de junho de 2024 a Companhia celebrou o sexto aditamento ao plano de recuperação judicial do Grupo Renova Energia com os credores titulares de créditos com garantia real, com vigência até agosto de 2024.

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao plano de recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da Data do Pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
 - IPCA acumulado (pro rata temporis);
 - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
 - Spread prefixado de 0,5% ao ano.
 - Taxa Piso IPCA + 5% ao ano.
 - A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,01%	1,53%
2028	1,55%	2,11%
2029	2,69%	2,76%
2030	2,84%	2,92%
2031	3,01%	3,11%
2032	3,21%	5,30%
2033	5,59%	5,93%
2034	6,30%	6,72%
2035	7,21%	35,21%



- a) Parcelas em atraso: As parcelas semestrais previstas no plano anterior, com vencimentos em agosto 2023 e fevereiro 2024, serão capitalizadas ao saldo devedor em 15 de outubro de 2024.
- b) Pagamento em 15 de outubro de 2024: Foi pago 25% dos juros do período de 14 de fevereiro 2024 a 15 de outubro de 2024, enquanto os 75% restantes serão capitalizados ao saldo devedor.
- c) Pagamento em 15 de fevereiro 2025: Foi pago 75% dos juros do período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro 2025, com os 25% restantes capitalizados ao saldo devedor.
- d) A partir de 15 de agosto de 2025: Os juros semestrais passarão a ser integralmente pagos, sem capitalização.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que foram pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 em até 90 dias e mais R\$1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a)** Pagamentos iniciais no montante de até R\$2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 em até 90 dias e mais R\$1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c)** Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d)** O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

Em 21 de outubro de 2024 a Companhia, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência enviada por VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), fundo de investimento integrado do conglomerado econômico da AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista pertencente ao grupo de controle da Companhia, contemplando o seu compromisso de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R\$1,08, mediante capitalização de créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, no montante aproximado de R\$524 milhões (“Compromisso de Assinatura”).

A Companhia esclarece que o Compromisso de Subscrição e a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, nos termos do Compromisso de Subscrição, serão submetidos à análise do Conselho de Administração, que oportunamente deliberaria sobre a realização, ou não, do referido aumento de capital.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor declarou que é titular de créditos, detalhado nas notas explicativas 12 (classe III) e 13.5 (classe II).

O aumento de capital com base nos créditos ocorreu por meio da capitalização dos créditos detidos pelo Investidor contra a Companhia no momento da sua capitalização. A Capitalização de Créditos, nos termos propostos, reduziu o endividamento em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) (base set/24), sem qualquer comprometimento do caixa resultando em uma redução substancial da alavancagem da Companhia. Vale ressaltar, que a Capitalização de Créditos beneficia não apenas a Companhia, ao reduzir de forma material o seu passivo, mas a todos os credores concursais, ao proporcionar-lhes conforto adicional de que a Companhia conseguirá adimplir suas obrigações nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Em 25 de outubro de 2024, a Companhia comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão, para subscrição privada, de no mínimo 485.185.185 e no máximo 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações Ordinárias”), dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia. O preço de emissão foi fixado em R\$ 1,08 (um real e oito centavos) por Ação Ordinária (“Preço de Emissão”), totalizando, no mínimo, R\$523.999.999,80 (“Subscrição Mínima”) e, no máximo, R\$540.000.000,00 (“Subscrição Máxima” e “Aumento de Capital”, respectivamente), condicionado ao recebimento, pela Companhia, da confirmação da titularidade dos Créditos (conforme definido abaixo) pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Preço de Emissão foi fixado com base na proposta constante do Compromisso de Subscrição (conforme definido abaixo) e corresponde ao preço médio ponderado por volume (VWAP) das Ações Ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 pregões entre 12 de setembro e 23 de outubro de 2024, com deságio de 0,9%. Assim, o preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sem resultar em diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia (incluindo os titulares de Units).

O Aumento de Capital tem como finalidade viabilizar a capitalização dos Créditos, com consequente redução do endividamento e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, visando à superação da situação de crise da Companhia, em benefício dos interesses da Companhia e de seus acionistas, credores e demais stakeholders.

Será assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital aos acionistas da Companhia (inclusive titulares de Units), nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações (“Direito de Preferência”). Como o Aumento de Capital está condicionado à confirmação da titularidade dos Créditos pelo Credor, o prazo para exercício do Direito de Preferência será divulgado oportunamente por meio de novo aviso aos acionistas.

O Conselho de Administração aprovou que o Aumento de Capital poderá ser parcialmente homologado, desde que respeitada a Subscrição Mínima, inclusive por meio da capitalização dos Créditos.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100, referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial. Diante disso, em 24 de julho de 2025, decorreu o prazo recursal, sem que houvesse qualquer recurso contra a decisão de encerramento, estando pendente apenas a certificação do trânsito em julgado.

Em 5 de março de 2025, a Companhia recebeu a confirmação do VC Energia II Fundo de Investimento em Participações quanto à titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados no âmbito do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado.

Em 6 de março de 2025, foram celebrados o “Termo de Compromisso de Lock-Up” e o “Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” entre a Companhia e o Credor, formalizando as obrigações assumidas pelo Credor.

Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos, correspondente a R\$ 534.474.574,63, representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,08.

Do total homologado, R\$ 225.942,48 foram subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, em razão do exercício do Direito de Preferência, correspondendo a 209.206 ações ordinárias. As demais 494.674.659 ações foram subscritas pelo Credor.

O Credor passou a integrar o bloco de controle da Companhia, conforme termo de adesão celebrado em 19 de fevereiro de 2025, com efeitos a partir da homologação do Aumento de Capital.

As subscrições condicionadas, total ou proporcionalmente, à homologação total do Aumento de Capital seriam canceladas e os valores pagos pelos subscritores seriam devolvidos aos subscritores em 30 de abril de 2025, conforme os procedimentos da instituição escrituradora e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 15 de maio de 2025, a Companhia tomou conhecimento de decisão da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, em sede de embargos de declaração, que reconheceu a nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos homologada em 28 de abril de 2025.

Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação.

Nos termos da nova decisão judicial, a Companhia deverá estender aos demais credores a possibilidade de capitalizar seus créditos, em condições isonômicas às do Aumento de Capital homologado em 28 de abril de 2025. Os credores tiveram o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da divulgação de novo fato relevante, para manifestar interesse. Os credores interessados deveriam contatar a Companhia até 19 de junho de 2025 (“Período de Manifestação”).

Durante esse período, o credor poderia celebrar compromisso irrevogável e irretratável de subscrição de ações ordinárias ao preço unitário de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) (após grupamento de ações, conforme nota 19(d)), a serem integralizadas mediante capitalização da totalidade de seus créditos, conforme atualizados na data de homologação do novo aumento de capital (“Compromisso de Subscrição”), assumindo ainda:

- obrigação de não alienar, emprestar, negociar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, das ações ordinárias de emissão da Companhia que venham a ser entregues ao credor em decorrência da capitalização de seus créditos, pelo período de 12 (doze) meses, contados do efetivo recebimento de tais ações ordinárias pelo credor (“Compromisso de Lock-up”); e

- obrigação de investir na Companhia, por meio da realização de adiantamento para futuro aumento de capital em favor da Companhia, eventual parcela em dinheiro a que o credor faça jus em decorrência de eventual exercício do direito de preferência na subscrição das ações ordinárias objeto do Novo Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia (ou seus respectivos cessionários) (“Compromisso de Investimento”).

A Companhia informa que os termos e condições do Compromisso de Subscrição, do Compromisso de Lockup e do Compromisso de Investimento são estabelecidos conforme as disposições dos instrumentos celebrados pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações, no contexto do Aumento de Capital de 28 de abril de 2024.

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$974.722.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

1.3. Continuidade operacional

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou um prejuízo consolidado de R\$57.760, possui prejuízos acumulados de R\$3.370.447 e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes no montante de R\$16.730 (Controladora) e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$122.633 (Consolidado).

O resultado do exercício findo em 30 de junho de 2025 deve-se, principalmente ao resultado financeiro líquido negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$73.427 que está representado substancialmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e fornecedores.



A Companhia concluiu a obra do Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8MWp, composto por 19.500 placas de 245W cada e 4 inversores, e terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída e a energização da planta prevista para o terceiro trimestre de 2025.

A Companhia continua monitorando e mantendo os projetos em fase de desenvolvimento, dando sequência na rotina de regularização fundiária, manutenção de licenças ambientais, monitoramento dos recursos eólicos e solares. Atualmente, o portfólio possui uma potência estimada em mais de 7 GW eólicos e 2 GW solares localizados em diversos estados do Brasil. Nesse período, também desenvolveu 11 projetos de geração distribuída (33MW) que se encontram em tramite de solicitação de parecer de acesso, foram desenvolvidos em áreas já arrendadas no passado e utilizando recursos técnicos internos da empresa.

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais de 30 de junho de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2025.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.3.3 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.3.5 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, controladas diretas Itaparica e Itapuã VII optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.6 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.7 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terra, referente aos parques eólicos, usina fotovoltaica e contratos para os escritórios.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6);
- Aplicações financeiras (nota 6);

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15);
- Adiantamentos de clientes;
- Transações com partes relacionadas (nota 24); e
- Outras contas a pagar.

b.2) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2025 e de 2024.

2.4 Pronunciamentos novos ou alterados

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes.

A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.



Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2

Pronunciamentos

Principais aspectos

IFRS S1

Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos

IFRS S2

Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da Companhia realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) ⁽ⁱ⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(i) Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

3.2 Mercado Livre (ACL)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	196,69	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	212,59	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	208,10	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	193,70	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	195,16	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	194,43	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	198,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	195,95	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	197,35	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- b) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de junho de 2025 e 2024 para o resultado e para ativos e passivos totais consolidados estão apresentadas a seguir:

	30/06/2025					Consolidado
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	
Receita líquida	130.235	-	227.505	-	(123.719)	234.020
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(12.750)	-	-	(12.750)
Custos não gerenciáveis	(11.416)	-	(105)	-	-	(11.521)
Margem Bruta	118.819	-	214.650	-	(123.719)	209.749
Custos gerenciáveis	(87.652)	(100)	(256.352)	76.234	123.719	(144.150)
Depreciações e amortizações	(50.019)	-	-	(1.779)	-	(51.798)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	658	-	658
Receita financeira	5.239	2	714	530	-	6.485
Despesa financeira	(48.383)	(191)	(6.493)	(24.349)	(496)	(79.912)
Imposto de renda e contribuição social	(3.127)	-	4.335	-	-	1.208
Lucro líquido (prejuízo) do período	(65.123)	(289)	(43.146)	51.294	(496)	(57.760)

	30/06/2025					
Ativos totais	2.352.804	37.889	410.164	195.585	29.969	3.026.411
Passivos totais	888.823	38.178	453.310	293.465	59.740	1.733.516

	30/06/2024					Consolidado
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	
Receita líquida	33.976	-	137.436	-	(72.803)	98.609
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(24.666)	-	-	(24.666)
Custos não gerenciáveis	(5.526)	-	(5.923)	-	-	(11.449)
Margem Bruta	28.450	-	106.847	-	(72.803)	62.494
Custos gerenciáveis	(51.788)	(28)	(76.791)	(4.748)	72.803	(60.552)
Depreciação	(47.891)	-	-	(1.928)	-	(49.819)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	65.576	-	65.576
Receita financeira	1.501	-	288	101	-	1.890
Despesa financeira	(57.238)	-	(1.082)	(12.936)	(395)	(71.651)
Imposto de renda e contribuição social	(2.010)	-	5.999	-	-	3.989
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(128.976)	(28)	35.261	46.065	(395)	(48.073)

	30/06/2024					
Ativos totais	2.564.891	6	257.044	132.773	7.555	2.962.269
Passivos totais	1.551.281	-	203.359	289.390	33.292	2.077.322

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	42	19	81	72
Bancos conta movimento	155	203	839	663
Aplicações financeiras de liquidez imediata	52	15.989	46.490	143.480
Aplicações financeiras	11.035	22	39.993	5.168
Total	11.284	16.233	87.403	149.383
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	249	16.211	47.410	144.216
Aplicações financeiras	11.035	-	39.993	5.145
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	-	22	-	22
Total	11.284	16.233	87.403	149.383

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 103,67% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Comercialização Mercado livre	48.868	21.153
CCEE	27.683	27.645
Total	76.551	48.798

Os saldos em 30 de junho de 2025 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
IRRF a compensar	608	543	876	857
IRPJ Estimativa a Compensar	3	-	69	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	133	198	781	1.901
CSLL Estimativa a Compensar	2	-	27	27
COFINS a recuperar	-	-	13.715	3.924
PIS a recuperar	-	-	3.006	866
ICMS a recuperar	-	-	5.420	4.786
Outros tributos a compensar	135	99	144	149
Total	881	840	24.038	12.579

Em 30 de junho de 2025, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Adicionalmente, parte dos saldos está relacionada à mudança de regime tributário de determinadas SPE's, que passaram do Lucro Presumido para o Lucro Real, impactando a apuração dos tributos federais. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2026, o aumento dos créditos em relação ao período anterior se deve ao acréscimo nas compras realizadas neste período.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	30/06/2025	31/12/2024
PCH		
Renova PCH LTDA.	-	(4)
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.220.554	844.480
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	2.356
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱ⁾	-	922
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.304)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.174)
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱ⁾	-	7.402
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	796
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱ⁾	-	237
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱ⁾	-	159
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.701)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.401)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	4.402
Centrais Eólicas Putumuju S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(4.384)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱ⁾	-	5.705
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱ⁾	-	5.308
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(2.143)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱ⁾	-	596
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱ⁾	-	10
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(1.164)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱ⁾	-	128
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱ⁾	-	644
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	36.419	31.847
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	88.796	93.898
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	231	179
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações	2.757	2.757
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(28.728)	14.410
Total	1.333.962	1.008.894

(i) Empresas Incorporados nota 1.1.5

Empresas	Controladora	
	30/06/2025	31/12/2024
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.362.692	1.029.986
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(28.730)	(21.092)
Total	1.333.962	1.008.894

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$28.730 (R\$21.092, em 31 de dezembro de 2024).



9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/06/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	37.540.023	99,99	374	-	3	37.540.023	100	374	(4)	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	2.529.525.528	99,99	2.659.310	1.220.554	(86.626)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	844.480	(166.364)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	99,99	-	-	1.533	20.231.307	99,99	20.231	2.356	(34)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	99,99	-	-	197	9.982.985	99,99	9.983	922	221
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	99,99	-	-	1.741	17.702.074	99,99	17.702	(3.304)	(76)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	99,99	-	-	244	24.131.998	99,99	24.132	(3.174)	(241)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	99,99	-	-	1.608	25.966.848	99,99	25.967	7.402	(52)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	99,99	-	-	312	8.835.276	99,99	8.835	796	(74)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	99,99	-	-	1.454	22.091.777	99,99	22.092	237	(60)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	99,99	-	-	237	6.136.102	99,99	6.136	159	(113)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	99,99	-	-	1.643	18.058.590	99,99	18.059	(3.701)	(149)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	99,99	-	-	1.803	16.927.495	99,99	16.927	(3.401)	(103)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	99,99	-	-	1.173	19.150.067	99,99	19.150	4.402	20
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	-	99,99	-	-	(2.303)	12.704.141	99,99	12.704	(4.384)	(141)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	99,99	-	-	3.418	20.674.275	99,99	20.674	5.705	(60)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	99,99	-	-	3.317	21.292.462	99,99	21.292	5.308	20
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	99,99	-	-	482	13.672.434	99,99	13.672	(2.143)	(74)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	99,99	-	-	(2.481)	10.141.796	99,99	10.142	596	(110)

Informações

Trimestrais



Companhia	30/06/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico										
Centrais Eólicas Calianbra S.A.	-	99,99	-	-	442	7.702.113	99,99	7.702	10	(38)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	99,99	-	-	(747)	4.954.631	99,99	4.955	(1.164)	(37)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	99,99	-	-	48	2.975.552	99,99	2.976	128	(121)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	99,99	-	-	129	3.996.006	99,99	3.996	644	32
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	28.745.035	99,99	28.745	36.419	(358)	55.967.945	99,99	28.745	31.847	(474)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	7.128.509.207	99,99	81.285	88.796	7.511	12.731.271.885	99,99	81.285	93.898	6.405
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	245.313.150	99,99	245.313	231	(137)	245.313.150	99,99	245.313	179	(70)
Renovapar S.A.	235.682	100,00	236	-	-	235.681	100,00	236	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.428.528	99,99	12.938	13.933	-	12.937.880	99,99	12.938	13.933	(1)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	2.758	(63)	-	-	-	2.757	(31)
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	528.874.109	100,00	528.874	(28.728)	(43.138)	528.874.109	100,00	528.874	14.410	(29.828)
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	26.375	99,00	26	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Gregal Ltda.	25.150	99,00	25	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Tambora Ltda.	7.801	99,00	8	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Vatra Ltda.	25.150	99,00	25	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Cachoeira Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Fotiá Ltda.	25.150	99,00	25	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Morrinhos Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Iracema Ltda.	2.309	99,00	2	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Azufre Ltda.	1.575	99,00	2	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Junco Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	-
UFV Quixaba Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	-
				<u>1.333.962</u>	<u>(108.558)</u>				<u>1.008.894</u>	<u>(191.558)</u>



9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Distribuição / Recebimento de dividendos	Incorporação ⁽ⁱ⁾	30/06/2025
PCH								
Renova PCH LTDA.	(4)	-	1	3	-	-	-	-
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	844.480	480.735	(501)	(86.626)	(17.534)	-	-	1.220.554
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.356	2.384	-	1.533	-	-	(6.273)	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	922	-	-	197	-	-	(1.119)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.304)	6.991	-	1.741	-	-	(5.428)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(3.174)	7.921	4	244	-	-	(4.995)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.402	-	-	1.608	-	-	(9.010)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	796	-	-	312	-	-	(1.108)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	237	4.640	-	1.454	-	-	(6.331)	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	159	-	-	237	-	-	(396)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.701)	6.953	-	1.643	-	-	(4.895)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.401)	6.612	1	1.803	-	-	(5.015)	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.402	30	-	1.173	-	-	(5.605)	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.384)	6.222	-	(2.303)	-	-	465	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.705	-	-	3.418	-	-	(9.123)	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.308	-	-	3.317	-	-	(8.625)	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.143)	5.427	-	482	-	-	(3.766)	-

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

Informações

Trimestrais



Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Distribuição / Recebimento de dividendos	Incorporação ⁽ⁱ⁾	30/06/2025
Eólico								
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	596	3.125	509	(2.481)	-	-	(1.749)	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	10	2.075	-	442	-	-	(2.527)	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.164)	1.862	863	(747)	-	-	(814)	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	128	-	-	48	-	-	(176)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	644	-	1	129	-	-	(774)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	-	4.930	(358)	-	-	-	36.419
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	93.898	-	-	7.511	-	(12.613)	-	88.796
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	-	189	(137)	-	-	-	231
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	-	-	-	-	-	-	13.933
Outras participações ⁽ⁱⁱ⁾	2.757	113	(50)	(63)	-	-	-	2.757
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	14.410	-	-	(43.138)	-	-	-	(28.728)
Total	1.008.894	535.090	5.947	(108.558)	(17.534)	(12.613)	(77.264)	1.333.962

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

Informações

Trimestrais



Companhia	31/12/2023	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	31/06/2024
Eólico						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.018.984	-	-	(78.210)	-	940.774
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.390	-	-	(38)	-	2.352
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	701	-	-	(26)	-	675
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.228)	-	-	(33)	-	(3.261)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(2.936)	-	-	(180)	-	(3.116)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.454	-	-	(93)	-	7.361
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	870	-	-	(63)	-	807
Centrais Eólicas Tingui S.A.	297	-	-	(33)	-	264
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	272	-	-	(107)	-	165
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.552)	-	-	(93)	-	(3.645)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.364)	-	66	(61)	-	(3.359)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.382	-	-	(4)	-	4.378
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.243)	-	-	(87)	-	(4.330)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.765	-	-	(98)	-	5.667
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.288	-	-	(9)	-	5.279
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.069)	-	-	(40)	-	(2.109)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(1.446)	-	-	(31)	-	(1.477)
Centrais Eólicas Caliantra S.A.	48	-	-	(23)	-	25
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.127)	-	-	(22)	-	(1.149)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	249	-	-	(119)	-	130
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	612	-	51	(17)	-	646
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	25.137	-	1.608	(146)	-	26.599
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	100.853	-	-	125	-	100.978
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(3.701)	-	180	(225)	-	(3.746)
SF 120 Participações Societárias S.A.	11.469	-	1	(1)	-	11.469
Outras participações	(26)	-	59	(24)	-	9
Comercialização						
Renova Comercializadora de Energia S.A.	44.238	-	-	(14.480)	-	29.758
Total	1.203.317	-	1.965	(94.138)	-	1.111.144

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.740)	-	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.452)	72	2.524	(2.436)	88
		<u>28.956</u>	<u>(28.884)</u>	<u>72</u>	<u>28.956</u>	<u>(28.857)</u>	<u>99</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.313)	43	5.356	(5.297)	59
Benfeitorias	4%	854	(300)	554	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.567)	170	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.446	(4.105)	341	4.446	(4.033)	413
		<u>14.698</u>	<u>(13.584)</u>	<u>1.114</u>	<u>14.698</u>	<u>(13.442)</u>	<u>1.256</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.654</u>	<u>(42.468)</u>	<u>1.186</u>	<u>43.654</u>	<u>(42.299)</u>	<u>1.355</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		109.354	-	109.354	111.481	-	111.481
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		1.128	-	1.128	1.180	-	1.180
Aerogeradores		7.584	-	7.584	-	-	-
Equipamentos de subestação		18.083	-	18.083	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.244	-	32.244	-	-	-
Terrenos		59.493	-	59.493	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		3.721	-	3.721	559	-	559
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(60.826)	-	(60.826)	(4.669)	-	(4.669)
Total do imobilizado em curso		<u>171.843</u>	<u>-</u>	<u>171.843</u>	<u>109.663</u>	<u>-</u>	<u>109.663</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		34.086	(26.967)	7.119	30.751	(25.333)	5.418
Transferência para ativos mantidos para venda							
Total do imobilizado em curso		<u>34.086</u>	<u>(26.967)</u>	<u>7.119</u>	<u>30.751</u>	<u>(25.333)</u>	<u>5.418</u>
Total imobilizado		<u>249.583</u>	<u>(69.435)</u>	<u>180.148</u>	<u>184.068</u>	<u>(67.632)</u>	<u>116.436</u>



10.2. Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2024	Adições	Reclassificação entre rubricas	Baixa	Adição por incorporação ⁽ⁱ⁾	30/06/2025
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	-	-	(3)	-	4.443
	<u>14.698</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>14.695</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>43.651</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.692)	-	-	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	-	-	(2.436)
	<u>(28.857)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.857)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(40)	-	-	-	(5.337)
Benfeitorias	(282)	(17)	(1)	-	-	(300)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(36)	-	-	-	(3.567)
Equipamento de informática	(4.033)	(72)	-	-	-	(4.105)
	<u>(13.442)</u>	<u>(165)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.608)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.299)</u>	<u>(165)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.465)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.355</u>	<u>(165)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>1.186</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
Projetos em andamento	111.481	5.846	(53.847)	(1.036)	46.910	109.354
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	(1.179)	-	1.126	1.128
Aerogeradores	-	-	-	-	7.584	7.584
Equipamentos de subestação	-	850	1.179	-	16.054	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	-	32.216	32.244
Terrenos	50	2.574	53.847	-	3.022	59.493
Adiantamentos a fornecedores	559	3.161	1	-	-	3.721
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(56.157)	(60.826)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>109.663</u>	<u>12.460</u>	<u>1</u>	<u>(1.036)</u>	<u>50.755</u>	<u>171.843</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	30.751	3.502	-	(167)	-	34.086
(-) Amortização contratos de arrendamento	(25.333)	(1.614)	-	(20)	-	(26.967)
	<u>5.418</u>	<u>1.888</u>	<u>-</u>	<u>(187)</u>	<u>-</u>	<u>7.119</u>
Total do imobilizado	<u>116.436</u>	<u>14.183</u>	<u>-</u>	<u>(1.226)</u>	<u>50.755</u>	<u>180.148</u>

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

Informações

Trimestrais



	31/12/2023	Adições	Transferência de ativos mantidos para venda	Baixa	30/06/2024
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	7	-	(1.855)	299
Softwares	3.678	19	-	-	3.697
Equipamento de informática	4.297	48	-	-	4.345
	<u>16.332</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>(1.855)</u>	<u>14.551</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>45.288</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>(1.855)</u>	<u>43.507</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.691)	(1)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(16)	-	-	(3.713)
Equipamentos de torres	(2.406)	(15)	-	-	(2.421)
	<u>(28.794)</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.826)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(88)	-	-	(5.221)
Benfeitorias	(248)	(17)	-	-	(265)
Móveis e utensílios	(2.057)	(19)	-	1.777	(299)
Softwares	(3.459)	(36)	-	-	(3.495)
Equipamento de informática	(3.877)	(82)	-	-	(3.959)
	<u>(14.774)</u>	<u>(242)</u>	<u>-</u>	<u>1.777</u>	<u>(13.239)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(43.568)</u>	<u>(274)</u>	<u>-</u>	<u>1.777</u>	<u>(42.065)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.720</u>	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>(78)</u>	<u>1.442</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	113.309	5.717	-	-	119.026
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	386	396	-	-	782
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	575	(437)	-	-	138
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	<u>110.713</u>	<u>5.676</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>116.389</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	26.691	394	262	297	27.644
(-) Amortização contratos de arrendamento	(21.776)	(1.683)	-	(297)	(23.756)
	<u>4.915</u>	<u>(1.289)</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>3.888</u>
Total do imobilizado	<u>117.348</u>	<u>4.187</u>	<u>262</u>	<u>(78)</u>	<u>121.719</u>

10.3. Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	30/06/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(10)	165	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5%	2.176.736	(240.477)	1.936.259	2.173.782	(197.968)	1.975.814
Móveis e utensílios	10%	908	(38)	870	-	-	-
Equipamento de informática	17%	19	(3)	16	-	-	-
Torres de medição	20%	25.215	(22.768)	2.447	25.137	(24.138)	999
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.740)	-	3.740	(3.729)	11
Aerogeradores	5%	20.947	(1.839)	19.108	-	-	-
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.452)	72	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(2.657)	19.585	22.242	(2.203)	20.039
		<u>2.252.506</u>	<u>(273.984)</u>	<u>1.978.522</u>	<u>2.227.425</u>	<u>(230.474)</u>	<u>1.996.951</u>
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	-	4.362	4.362	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(12.544)	8.874	21.418	(12.211)	9.207
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(34.489)	516.914	551.403	(26.266)	525.137
Móveis e utensílios	6%	144	(19)	125	1.054	(19)	1.035
		<u>577.327</u>	<u>(47.052)</u>	<u>530.275</u>	<u>578.237</u>	<u>(38.496)</u>	<u>539.741</u>
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.568	(1.555)	22.013	20.323	(1.311)	19.012
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado							
		(297.690)	-	(297.690)	(297.690)	-	(297.690)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.309)	47	5.356	(5.295)	61
Benfeitorias	4%	854	(300)	554	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.567)	170	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.446	(4.105)	341	4.465	(4.033)	432
		<u>14.698</u>	<u>(13.580)</u>	<u>1.118</u>	<u>14.717</u>	<u>(13.440)</u>	<u>1.277</u>
Estoques							
Almoxarifado geral		32.575	-	32.575	28.576	-	28.576
Total do imobilizado em serviço		<u>2.602.984</u>	<u>(336.171)</u>	<u>2.266.813</u>	<u>2.571.588</u>	<u>(283.721)</u>	<u>2.287.867</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		317.215	-	317.215	361.037	-	361.037
Estudos e projetos		1.066	-	1.066	1.062	-	1.062
Terrenos		63.020	-	63.020	3.208	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias		34.950	-	34.950	32.435	-	32.435
Torres de medição		1.146	-	1.146	2.583	-	2.583
Aerogeradores		24.083	-	24.083	44.861	-	44.861
Módulos e inversores		1.614	-	1.614	1.613	-	1.613
Equipamentos de subestação		22.726	-	22.726	25.839	-	25.839
Adiantamentos a fornecedores		8.575	-	8.575	1.024	-	1.024
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado							
		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		<u>234.098</u>	<u>-</u>	<u>234.098</u>	<u>233.365</u>	<u>-</u>	<u>233.365</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento	1,1% a 1,2 %	56.296	(31.911)	24.385	52.123	(29.782)	22.341
Transferência para ativos mantidos para venda							
		-	-	-	-	-	-
Total direito de uso		<u>56.296</u>	<u>(31.911)</u>	<u>24.385</u>	<u>52.123</u>	<u>(29.782)</u>	<u>22.341</u>
Total imobilizado		<u>2.893.378</u>	<u>(368.082)</u>	<u>2.525.296</u>	<u>2.857.076</u>	<u>(313.503)</u>	<u>2.543.573</u>



10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽¹⁾	30/06/2025
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	-	-	2.954	2.176.736
Móveis e utensílios	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	19	19
Aerogeradores	-	-	-	20.947	20.947
Torres de medição	25.137	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	<u>2.227.425</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.081</u>	<u>2.252.506</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	(910)	144
	<u>578.237</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(910)</u>	<u>577.327</u>
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	3.245	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	<u>2.528.295</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.416</u>	<u>2.555.711</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	-	-	(19)	4.446
	<u>14.717</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>	<u>14.698</u>
Estoques					
Almoxarifado geral	28.576	4.369	(370)	-	32.575
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.571.588</u>	<u>4.369</u>	<u>(370)</u>	<u>27.397</u>	<u>2.602.984</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(3)	-	-	(10)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(42.522)	-	-	(240.477)
Móveis e utensílios	(5)	(33)	-	-	(38)
Equipamento de informática	(1)	(2)	-	-	(3)
Torres de medição	(24.138)	(2)	-	1.372	(22.768)
Aerogeradores	-	(466)	-	(1.373)	(1.839)
Equipamentos de medição	(3.729)	(11)	-	-	(3.740)
Equipamentos de torres	(2.436)	(16)	-	-	(2.452)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(454)	-	-	(2.657)
	<u>(230.474)</u>	<u>(43.509)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(273.984)</u>
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(333)	-	-	(12.544)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(8.223)	-	-	(34.489)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	<u>(38.496)</u>	<u>(8.556)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(47.052)</u>

Informações
Trimestrais



	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	30/06/2025
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(244)	-	-	(1.555)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(14)	-	-	(5.309)
Benfeitorias	(282)	(18)	-	-	(300)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(36)	-	-	(3.567)
Equipamento de informática	(4.033)	(72)	-	-	(4.105)
	<u>(13.440)</u>	<u>(140)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.580)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(283.721)</u>	<u>(52.449)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(336.171)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.287.867</u>	<u>(48.080)</u>	<u>(370)</u>	<u>27.396</u>	<u>2.266.813</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	361.037	14.267	(1.090)	(56.999)	317.215
Estudos e projetos	1.062	4	-	-	1.066
Terrenos	3.208	2.729	-	57.083	63.020
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	2.696	(4)	(177)	34.950
Torres de medição	2.583	1	-	(1.438)	1.146
Aerogeradores	44.861	169	-	(20.947)	24.083
Módulos e inversores	1.613	1	-	-	1.614
Equipamentos de subestação	25.839	998	(120)	(3.991)	22.726
Adiantamentos a fornecedores	1.024	8.703	(220)	(932)	8.575
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	<u>233.365</u>	<u>29.568</u>	<u>(1.434)</u>	<u>(27.401)</u>	<u>234.098</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	52.123	4.434	(270)	11	56.298
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(282)	-	-	(1.571)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(1.850)	-	1	(30.342)
Total direito de uso	<u>22.341</u>	<u>2.302</u>	<u>(270)</u>	<u>12</u>	<u>24.385</u>
Total do imobilizado	<u>2.543.573</u>	<u>(16.210)</u>	<u>(2.074)</u>	<u>7</u>	<u>2.525.296</u>

(i) refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Informações
Trimestrais



	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2024
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	1.612.787	-	-	-	1.612.787
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	1.663.985	-	-	-	1.663.985
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	10.086	-	-	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	-	-	-	42.410
Máquinas e equipamentos	1.090.501	-	-	-	1.090.501
Móveis e utensílios	293	-	-	-	293
	1.143.290	-	-	-	1.143.290
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	14.967	-	-	-	14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.524.552	-	-	-	2.524.552
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	7	(1.855)	-	299
Softwares	3.678	35	-	-	3.713
Equipamento de informática	4.295	51	-	-	4.346
	16.330	93	(1.855)	-	14.568
Estoques					
Almoxarifado geral	25.628	-	(324)	-	25.304
Total do imobilizado em serviço - custo	2.566.510	93	(2.179)	-	2.564.424
(-) Depreciação					
Geração					
Máquinas e equipamentos	(91.019)	(31.610)	-	-	(122.629)
Torres de medição	(22.691)	(1)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(16)	-	-	(3.713)
Equipamentos de torres	(2.406)	(15)	-	-	(2.421)
Provisão para Desmantelamento	(1.317)	(434)	-	-	(1.751)
	(121.129)	(32.076)	-	-	(153.206)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.269)	(706)	-	-	(2.975)
Máquinas e equipamentos	(45.525)	(15.241)	-	(180)	(60.946)
Móveis e utensílios	(30)	(9)	-	-	(39)
	(47.824)	(15.956)	-	(180)	(63.960)
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(580)	(207)	-	-	(787)

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ¹	30/06/2024
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(88)	-	-	(5.221)
Benfeitorias	(248)	(17)	-	-	(265)
Móveis e utensílios	(2.057)	(18)	1.776	-	(299)
Softwares	(3.459)	(36)	-	-	(3.495)
Equipamento de informática	(3.877)	(78)	-	-	(3.955)
	<u>(14.774)</u>	<u>(237)</u>	<u>1.776</u>	<u>-</u>	<u>(13.235)</u>
Total do imobilizado em serviço – depreciação	<u>(184.307)</u>	<u>(48.476)</u>	<u>1.776</u>	<u>(180)</u>	<u>(231.187)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.382.203</u>	<u>(48.383)</u>	<u>(403)</u>	<u>(180)</u>	<u>2.333.236</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	356.321	6.164	-	17	362.502
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	-	-	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.160	-	-	89	32.249
Torres de medição	1.608	417	-	-	2.025
Aerogeradores	38.535	6.197	(216)	(275)	44.241
Módulos e inversores	1.805	37	-	-	1.842
Equipamentos de subestação	23.844	317	-	(55)	24.106
Adiantamentos a fornecedores	323	(323)	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	<u>218.569</u>	<u>12.809</u>	<u>(216)</u>	<u>(224)</u>	<u>230.938</u>
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	45.814	987	262	1.003	48.066
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo		-	-	-	-
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(24.585)	(2.156)	-	(1.003)	(27.744)
Total direito de uso	<u>21.229</u>	<u>(1.169)</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>20.322</u>
Total do imobilizado	<u>2.622.001</u>	<u>(36.743)</u>	<u>(357)</u>	<u>(404)</u>	<u>2.584.497</u>

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no período.

10.5. Imobilizado em Serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de junho de 2025 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	30/06/2025		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	18.013	-	18.013
LER 2013	5.607	-	5.607
LER 2013	1.190	-	1.190
	<u>24.810</u>	<u>-</u>	<u>24.810</u>
Outros			
Solar	27.877	-	27.877
Outras imobilizações em curso ⁽ⁱ⁾ (ii)	242.235	(60.825)	181.411
Total do imobilizado em curso	<u>294.922</u>	<u>(60.825)</u>	<u>234.098</u>
Projetos	31/12/2024		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	12.626	-	12.626
LER 2013	3.498	-	3.498
	<u>16.124</u>	<u>-</u>	<u>16.124</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽ⁱ⁾			
ACL (Mercado livre II)	106.954	(56.156)	50.798
Outros			
Solar	22.753	-	22.753
Outras imobilizações em curso ⁽ⁱⁱ⁾	148.359	(4.669)	143.690
Total do imobilizado em curso	<u>294.190</u>	<u>(60.825)</u>	<u>233.365</u>

(i) Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. (fase B incorporada nota 1.1.5)

(ii) Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos periodicamente. Após revisão de seu portfólio, a Companhia concluiu que em 30 de junho de 2025 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (*WACC*), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões.

Adicionalmente, a Companhia realiza a revisão completa dos testes de recuperabilidade anualmente, por ocasião da elaboração do relatório final do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos pronunciamentos técnicos aplicáveis.

10.10. Bens dados como garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 13.

10.11. Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas identificaram 1.342 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2), sendo 143 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 1.199 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Informações

Trimestrais



Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Custo		
Amortização direito de uso	-	282
Despesa		
Amortização direito de uso	1.614	1.850
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	1.084	1.917
Total	<u>2.698</u>	<u>4.049</u>

Em 30 de junho de 2025, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Juros a incorrer</u>	<u>Principal</u>
Jul/2025 a jun/2026	Circulante	(3.389)	4.670
	Não circulante		
Jul/2026 a jun/2027		(6.810)	9.002
Jul/2027 a jun/2028		(5.541)	8.625
Jul/2028 a jun/2029		(6.425)	10.945
Jul/2029 a jun/2030		(4.934)	8.949
Jul/2030 a jun/2034		(4.734)	8.089
Jul/2034 a jun/2039		(3.847)	7.757
Jul/2039 a jun/2044		(3.449)	6.559
Jul/2044 a jun/2049		(2.843)	4.620
Jul/2049 a jun/2054		(1.893)	2.250
Jul/2054 a jun/2060		(12)	81
	Total	<u>(40.488)</u>	<u>66.877</u>
		<u>(43.877)</u>	<u>71.547</u>
			<u>27.670</u>

12. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	6.744	18.764	70.019	55.743
Fornecedores recuperação judicial	60.352	17.562	172.967	270.041
	<u>67.096</u>	<u>36.326</u>	<u>242.986</u>	<u>325.784</u>
Apresentados como:				
Circulante	10.549	19.688	80.857	65.404
Não circulante	56.547	16.638	162.129	260.380
Total	<u>67.096</u>	<u>36.326</u>	<u>242.986</u>	<u>325.784</u>



Em 30 de junho de 2025 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$33.194 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R\$221.409, sendo Classe III.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é titular de créditos contra a Companhia no montante de R\$58.182 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia) conforme explicado na nota explicativa 1.2.

Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024 a companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R\$58.182, decorrem da aquisição de crédito quirografário.

Em 28 de abril de 2025, os créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), classe III fornecedores PRJ, foram capitalizados, conforme nota 19 c).

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Controladora

13.1.1. Empréstimos

		30/06/2025					
		Circulante			Não circulante		
		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank ^(13.5.b)	Custo da Dívida 100% CDI ^a	1.575	-	1.575	32.904	32.904	34.479
	Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾	-	(65)	(65)	(673)	(673)	(738)
	Total de empréstimos	1.575	(65)	1.510	32.231	32.231	33.741

		31/12/2024					
		Circulante			Não circulante		
		Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank ^(13.5.b)	Custo da Dívida 100% CDI ^a	752	-	752	32.590	32.590	33.342
	Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾	-	(64)	(64)	(709)	(709)	(773)
	Total de empréstimos	752	(64)	688	31.881	31.881	32.569

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.



13.1.2. Debêntures privadas

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação de 20 SPEs do Complexo Alto Sertão III – Fase B pela Companhia, com data-base de 30 de abril de 2025. A operação, baseada em laudos independentes, visa simplificar a estrutura societária e consolidar ativos. Como efeito, ocorreu a baixa das Debêntures Privadas na controladora, sem impacto no consolidado do Grupo conforme demonstrado na nota 1.1.5.

	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Não circulante</u>					
		<u>30/06/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	-	-	-	1.527	52.229	53.756

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 30/06/2025</u>
05/04/2021	Fase B	8 ^a	50.379	06/04/2026	-
03/09/2021	Fase B	10 ^a	9.428	03/09/2026	-
			<u>59.807</u>		<u>-</u>

13.2. Consolidado

	Consolidado										
	30/06/2025					31/12/2024					
	Circulante			Não circulante		Total geral	Circulante			Não circulante	
Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal		
BNDDES ^(13.5.a)	100% CDI ^a	17.513	-	17.513	360.464	377.977	8.221	-	8.221	357.164	365.385
JIVE MAUA RB ^(13.5.b)	100% CDI ^a	-	-	-	-	-	6.186	-	6.186	134.933	141.119
JIVE MAUA RG ^(13.5.b)	100% CDI ^a	-	-	-	-	-	12.859	-	12.859	280.500	293.359
Banco Itaú ^(13.5.b)	100% CDI ^a	7.497	-	7.497	156.875	164.372	3.576	-	3.576	155.379	158.955
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	5.051	-	5.051	105.685	110.736	2.409	-	2.409	104.677	107.086
Banco ABC ^(13.5.b)	100% CDI ^a	2.999	-	2.999	62.750	65.749	1.431	-	1.431	62.152	63.583
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	1.575	-	1.575	32.904	34.479	752	-	752	32.590	33.342
Banco Itaú ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	8	227	235	3.762	3.997	22	227	249	3.851	4.100
JIVE MAUA RB ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	-	7	76	83	1.288	1.371
JIVE II MAUA RG ^(13.5.b)	0,5% a.a. + TR ^a	-	-	-	-	-	15	157	172	2.677	2.849
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(2.246)	(2.246)	(23.490)	(25.736)	-	(2.247)	(2.247)	(24.712)	(26.959)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		34.643	(2.019)	33.234	698.950	731.574	35.478	(1.787)	33.691	1.110.499	1.144.190

(i) Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Em 30 de junho de 2025 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$731.574, sendo, R\$3.997 da Classe II, R\$693.098 da Classe III e R\$34.479 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.755	2.803	30.558	976.799	97.827	1.074.626
Provisão dos encargos financeiros	-	3.327	3.327	-	115.983	115.983
Encargos financeiros pagos	-	(543)	(543)	-	(19.076)	(19.076)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(383)	(383)
Incorporação de juros ao principal	408	(408)	-	154.446	(154.446)	-
Apropriação de custos de captações	-	408	408	-	408	408
Adição dos custos de captação	3.654	(4.835)	(1.181)	(22.533)	(4.835)	(27.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190
Provisão dos encargos financeiros	-	2.080	2.080	-	62.213	62.213
Encargos financeiros pagos	-	(943)	(943)	-	(32.698)	(32.698)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(305)	(305)
Incorporação de juros ao principal	314	(314)	-	10.428	(10.428)	-
Apropriação de custos de captações	35	-	35	1.224	-	1.224
Baixa por capitalização de créditos PRJ	-	-	-	(423.433)	(19.617)	(443.050)
Saldos em 30 de junho de 2025	32.166	1.575	33.741	696.931	34.643	731.574

b) A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.801	1.223	56.024
Encargos financeiros provisionados	-	770	770
Amortização	(2.572)	-	(2.572)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756
Encargos financeiros provisionados	-	249	249
Amortização	(1.043)	-	(1.043)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	(466)
Baixa por incorporação ⁽ⁱ⁾	(51.186)	(1.310)	(52.496)
Saldos em 30 de junho de 2025	-	-	-

(i) Incorporação nota 1.1.5

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

Vencimento	30/06/2025	
	Controladora	Consolidado
Set/2026 a Ago/2027	326	7.378
Set/2027 a Ago/2028	828	18.390
Set/2028 a Ago/2029	1.193	26.398
Set/2029 a Ago/2030	1.776	39.423
Set/2030 a Ago/2036	28.781	630.850
Total	32.904	722.440

13.5. Resumo dos contratos

a) BNDES (empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II). São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

b) Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.895 restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.193, bem como um saldo no valor de R\$15.289 (Nota 17) perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

No início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JIVE ações. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

Com a venda dos créditos do Banco Bradesco para a gestora JIVE, a parcela com vencimento em 15 de agosto de 2024 da Classe III, foi paga ao novo detentor desses créditos, sem qualquer alteração no fluxo de pagamento ou nas taxas acordadas no plano de recuperação judicial (Classe III).

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia no montante de R\$469.963 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia), em todos os casos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, garantias ou restrições de qualquer natureza (em conjunto, “Créditos”); e (ii) manifestou seu compromisso na capitalização dos Créditos, conforme devidamente atualizados e disponíveis na data de homologação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da Companhia, no âmbito do Aumento de Capital (“Capitalização dos Créditos”), explicado na nota explicativa 1.2.

Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024 a companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R\$469 milhões, decorrem de créditos concursais devidamente reconhecidos no quadro geral de credores da Companhia.

Em 28 de abril de 2025, os créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), classe II empréstimo PRJ, foram capitalizados, conforme nota 19 c).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas: i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB; ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial; iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank; e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	-	-	558	1.977
CSLL a pagar	-	-	566	1.185
COFINS a recolher	302	299	7.433	1.652
PIS a recolher	65	65	1.621	358
Tributos sobre folha de pagamento	1.239	1.416	1.533	1.739
Tributos retidos de terceiros	112	599	522	1.289
Tributos sobre operações de mútuo	280	277	943	644
Outros tributos a recolher	48	25	2	444
TOTAL	2.046	2.681	13.178	9.288

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

15. Contas a pagar – CCEE

	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
CCEE		
Circulante	185.585	159.834
Não circulante	78.488	71.413
Total	264.073	231.247

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$30.025 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30/06/2025
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	103.841	31.957	-	1.502	(33.780)	103.520
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	95.679	-	-	1.069	33.780	130.528
Fornecedores a pagar CCEE						
PRJ	31.727	-	(519)	38	(1.221)	30.025
Total do passivo	231.247	31.957	(519)	2.609	(1.221)-	264.073



	<u>31/12/2023</u>	<u>Resultado</u>	<u>Devolução</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>30/06/2024</u>
Ressarcimento CCEE ⁽ⁱ⁾	73.321	30.591	-	(12.820)	9.711	(15.834)	85.419
Despacho 2.303 ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	20.185	-	412	15.834	35.981
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	32.426	-	-	(1.172)	256	-	31.510
Total do passivo	<u>105.747</u>	<u>30.591</u>	<u>20.185</u>	<u>(13.992)</u>	<u>10.379</u>	<u>-</u>	<u>152.910</u>

(i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

(ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

(iii) Valor conciliado de R\$ 1.221 refere-se à reclassificação entre contas, contas a pagar CCEE PRJ e fornecedores PRJ

16. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Apresentados como:				
Circulante	3.487	2.081	4.416	2.149
Não circulante	94.864	89.596	108.057	104.064
Total	<u>98.351</u>	<u>91.677</u>	<u>112.473</u>	<u>106.213</u>

Abertura de outros contas a pagar:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
i) passivo com a CEMIG GT*	95.540	90.272	95.540	90.272
ii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 13.5 (Classe III).	-	-	14.104	14.468
iii) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A.	-	11	-	11
iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis, que compõem os credores Classe III do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2.	324	324	324	324
v) outros.	2.487	1.070	2.505	1.138
	<u>98.351</u>	<u>91.677</u>	<u>112.473</u>	<u>106.213</u>

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 0,00% a.a.	
Vencimento	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	
Saldo em 30 de junho de 2025	23.786	15.682	8.008	7.790	95.540

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 30 de junho de 2025, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$84.152 (em dezembro de 2024, R\$161.145), sendo R\$4.073 (em dezembro de 2024, R\$5.915) cíveis, R\$7.711 (em dezembro 2024, R\$2.456) trabalhistas, R\$36.404(em dezembro de 2024, R\$120.791) fiscais, R\$601 (em dezembro de 2024, R\$690), administrativas e R\$35.363 (em dezembro de 2024 R\$31.293), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de junho de 2025:

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição	204	6.305	3.727	123	4.070	14.429
Baixa	(2.046)	(1.050)	(88.114)	(212)	-	(91.422)
Saldos em 30 de junho de 2025	4.073	7.711	36.404	601	35.363	84.152

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388
Atualização	671	290	7.818	204	-	8.983
Baixa ^(a)	(51.835)	(236)	(40)	(115)	-	(52.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145

(a) refere-se substancialmente a transferência do montante a pagar relacionados ao processo cível movido pela Light (nota 1.1.2)

Prováveis

- i. Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$4.073, registrados na rubrica de fornecedores referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, indenizatórias, ações de rescisão contratual, sendo bastante pulverizadas e quando encerradas serão pagas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

- ii. Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022. Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso acerca da dosimetria da penalidade.

- iii. Fiscal – provisionado o valor de R\$36.899 em 30 de junho de 2025 (R\$120.678 em 31 de dezembro de 2024) decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, mantém-se em discussão em sede de Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21 de fevereiro de 2024. O acórdão foi disponibilizado em 25 de junho de 2025, tendo a Companhia apresentado recurso, pendente de julgamento. A redução de R\$ 87.505 decorre do estorno parcial da provisão, realizado com base na avaliação jurídica.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Na controladora, o montante de R\$51.703 mil registrado em provisões para contingências refere-se a processos divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas. A diferença entre controladora e consolidado consiste nas provisões para processos de natureza regulatória, que totalizam R\$35.618 mil, resultando no montante de R\$84.152 mil apresentado na demonstração consolidada"

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$337.644 (31 de dezembro de 2024, R\$353.657), sendo R\$306.904 (31 de dezembro de 2024, R\$319.782) cíveis, R\$19.250 (31 de dezembro de 2024, R\$20.359) administrativas e R\$11.489 trabalhistas (31 de dezembro de 2024, R\$13.479), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 30 de junho de 2025.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) Processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com arrendantes cujo montante total corresponde a R\$130.463 (R\$118.320, 31 de dezembro de 2024) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. A Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$188.790 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação "E o Vento Levou", tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança Corporativa, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar malware e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e

- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.
- Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.
- Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas:
- a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
 - b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
 - c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
 - d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
 - e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Compromissos futuros

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 30 de junho de 2025, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R\$12.751 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no período findo em 30 de junho de 2024 impactou negativamente em R\$24.666).

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos		
Circulante	79.628	63.415
Não circulante	205.691	213.868
	<u>285.319</u>	<u>277.283</u>
Passivos		
Circulante	(69.890)	(76.712)
Não circulante	(113.112)	(85.503)
	<u>(183.002)</u>	<u>(162.215)</u>
Total	<u>102.317</u>	<u>115.068</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	34.788	39.123
	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Saldo inicial	115.068	167.561
Compromissos futuros marcação a mercado	(12.751)	(24.666)
Saldo final	<u>102.317</u>	<u>142.895</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	4.335	8.386

19. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Alteração da composição acionária

Em 1 de abril de 2024 a companhia declara que recebeu de seus acionistas controladores Sr. Renato do Amaral Figueiredo e do Caetité Participações, o termo de dação, informando que o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o Caetité Participações transferiram em sua totalidade, as ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da companhia para o novo veículo de investimento, Fundo de Investimento em Participações Macaúbas (“FIP Macaúbas”). Desta forma, o novo veículo de investimento FIP Macaúbas, passa a deter 17.005.440 ações ordinárias e 4.933.936 ações preferenciais de emissão da companhia.

c) Aumento de Capital

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$534.475, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$1,08.

d) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R\$4.704.869, passará a ser dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.

e) Capital social

Em 30 de junho 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.704.869 dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle	260.501.652	84,08%	-	0,00%	260.501.654	70,00%
VC Energia II Fundo de Investimento em Participações	247.337.329	79,83%	-	0,00%	247.337.331	66,46%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	7.557.685	2,44%	-	0,00%	7.557.685	2,03%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,81%	-	0,00%	5.606.638	1,51%
Outros Acionistas	49.311.271	15,92%	62.370.987	100,00%	111.682.256	30,00%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	33.272.563	10,74%	34.053.635	54,60%	67.326.198	18,09%
FIP Macaúbas ¹	2.896.081	0,93%	2.466.966	3,96%	5.363.047	1,44%
Free Float	13.142.627	4,25%	25.850.386	41,44%	38.993.011	10,47%
Total	309.812.923	100,00%	62.370.987	100,00%	372.183.910	100,00%

Nota 1: Possui 18.081 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.170.394 dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações S.A.	10.329.025	8,28%	-	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	-	0,00%	884.252	0,35%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
BNDESPAR	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Caetité Participações S.A.	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Outros	25.379.358	20,35%	50.307.403	40,33%	75.686.761	30,34%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

Nota 1: Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.

f) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.



20. Receita líquida

	Consolidado			
	2º Trimestre			
	2025	2024	2025	2024
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			42.902	29.732
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(12.094)	(5.442)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	313.097	270.522	30.808	24.290
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica			140.309	40.374
			171.117	64.664
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(21.185)	(8.642)
Total			149.932	56.022

	Consolidado			
	Acumulado 6 meses			
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			86.023	71.505
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(31.957)	(30.591)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	472.411	427.222	54.066	40.914
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica			213.515	72.300
			267.581	113.214
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(33.561)	(14.605)
Total			234.020	98.609

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

21. Custos e despesas (receitas)

	2º Trimestre		Acumulado 06 meses	
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	30/06/2025	30/06/2024
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	(105.922)	(1.538)	(156.016)	(4.441)
Custo da operação				
Serviços de terceiros	(16.585)	(11.510)	(26.430)	(24.074)
Seguros	(2.194)	(1.841)	(3.139)	(3.682)
Material de uso e consumo	(894)	(251)	(5.139)	(557)
Penalidades contratuais e regulatórias	-	(35)	-	-
Outros custos	(67)	(26)	(116)	(61)
	(19.740)	(13.663)	(34.074)	(28.374)
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	(24.057)	(25.197)	(49.808)	(47.720)
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(4.985)	(5.132)	(10.314)	(10.186)
Taxa de fiscalização	(570)	(628)	(1.207)	(1.263)
	(5.555)	(5.760)	(11.521)	(11.449)
Total	(155.274)	(46.158)	(251.419)	(91.984)

(i) Refere-se à aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.

(ii) Depreciação líquida de PIS/COFINS

(iii) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.



Despesas	
Gerais e administrativas	
Pessoal e administradores	
Serviços de terceiros	
Seguros	
Telefonia e TI	
Viagens	
Impostos e taxas	
Material de uso e consumo	
Aluguéis e arrendamentos	
(Provisão)/Reversão líquida - Contingências cíveis e trabalhistas ⁽ⁱ⁾	
Outras despesas	
Depreciações e amortizações	
Outras (receitas) despesas líquidas	
Penalidades contratuais e regulatórias	
Outras despesas (receitas)	
Total	

(i) vide nota 17 item iii.

	2º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	(2.692)	2.360	(11.360)	(4.164)
	(1.581)	(377)	(4.344)	(4.065)
	-	-	(87)	(159)
	633	78	(203)	(467)
	(228)	(10)	(653)	(284)
	(104)	(92)	(418)	(93)
	58	(9)	(179)	(179)
	(220)	418	59	152
	78.704	(1.565)	78.704	(2.307)
	9	-	(167)	(49)
	75.019	803	61.234	(11.615)
	(895)	(1.092)	(1.002)	(1.190)
	-	(1.853)	-	(1.817)
	(55)	4	(414)	265
	(55)	(1.849)	(414)	(1.552)
	74.069	(2.138)	59.818	(14.357)

Despesas	
Gerais e administrativas	
Pessoal e administradores	
Serviços de terceiros	
Seguros	
Telefonia e TI	
Viagens	
Impostos e taxas	
Material de uso e consumo	
Aluguéis e arrendamentos	
(Provisão)/Reversão líquida Contingências cíveis e trabalhistas ⁽ⁱ⁾	
Outras despesas	
Depreciações e amortizações	
Outras (receitas) despesas líquidas	
Penalidades contratuais e regulatórias	
Outras despesas (receitas)	
Total	

(i) vide nota 17 item iii.

	Acumulado 6 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
	(4.741)	(11)	(20.627)	(12.504)
	2.133	(399)	(7.963)	(6.861)
	-	-	(309)	(324)
	860	81	(666)	(1.082)
	(299)	(11)	(1.129)	(507)
	(431)	(433)	(1.115)	(1.026)
	79	(11)	(327)	(313)
	424	395	(113)	(202)
	78.504	(2.386)	78.504	(3.128)
	7	(1)	(235)	(89)
	76.536	(2.776)	46.020	(26.036)
	(1.779)	(1.928)	(1.990)	(2.099)
	-	(1.853)	-	(1.817)
	(302)	(119)	(80)	116
	(302)	(1.972)	(80)	(1.701)
	74.455	(6.676)	43.950	(29.836)

22. Resultado financeiro

	Nota explicativa	2º Trimestre			
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		390	88	2.766	1.513
Juros - partes relacionadas	24	-	-	14	-
Outras receitas financeiras		11	-	63	(121)
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(19)	(4)	(74)	(14)
Total das receitas financeiras		382	84	2.769	1.378
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(1.096)	(794)	(28.143)	(27.704)
Juros sobre debêntures	13	(97)	(166)	-	-
Encargos do DIP		(3.406)	(38)	(3.320)	-
Encargos PRJ Classe III		(573)	(3.091)	(1.905)	(4.924)
Apropriação de custos de captações		(18)	-	(612)	-
Atualização monetária contencioso		1.524	(2.369)	(2.507)	(2.369)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(541)	(489)	(972)	(955)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(396)	(476)
IOF		(109)	(49)	(742)	(213)
Outras despesas financeiras		(145)	(235)	(8)	(684)
Total das despesas financeiras		(4.461)	(7.231)	(38.605)	(37.325)
Total do resultado financeiro		(4.079)	(7.147)	(35.836)	(35.947)
Acumulado de 6 meses					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		718	97	6.609	1.983
Juros - partes relacionadas	24	-	-	14	-
Outras receitas financeiras		(144)	8	(18)	(69)
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(44)	(4)	(120)	(24)
Total das receitas financeiras		530	101	6.485	1.890
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(2.080)	(1.596)	(62.213)	(55.631)
Juros sobre debêntures	13	(346)	(283)	-	-
Juros - partes relacionadas	24	-	-	-	-
Encargos do DIP		(6.280)	(73)	(6.052)	-
Encargos PRJ Classe III		(16.938)	(5.857)	(3.752)	(8.484)
Apropriação de custos de captações		(35)	-	(1.224)	-
Atualização monetária contencioso		(826)	(4.234)	(4.857)	(4.234)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(1.084)	(857)	(1.917)	(1.759)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(792)	(740)
IOF		(109)	(178)	(807)	(455)
Outras despesas financeiras		(315)	142	(1.467)	(348)
Total das despesas financeiras		(24.845)	(12.936)	(79.912)	(71.651)
Total do resultado financeiro		(24.315)	(12.835)	(73.427)	(69.761)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

(ii) Os encargos registrados na controladora referem-se à realocação de saldos financeiros efetuada com o objetivo de evidenciar, de forma adequada, as obrigações de cada entidade do Grupo, sem impacto no resultado consolidado do Grupo.



23. Imposto de renda e contribuição social

	2º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(222)	13.843	(10.535)	12.182
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	75	(4.706)	3.582	(4.142)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(1.440)	(751)	(1.669)	(602)
Resultado da equivalência patrimonial	(25.151)	(14.432)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	9.515	(4.201)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	27.405	(3.870)	15.969	(4.310)
Prejuízo fiscal e base negativa	(889)	23.759	(17.084)	14.915
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	10.313	1.661
IR e CS Correntes	-	-	(1.069)	(16.551)
IR e CS Diferidos	-	-	11.382	18.212
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	10.313	1.661
	Acumulado de 6 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(57.760)	(48.073)	(58.968)	(52.062)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	19.638	16.345	20.049	17.701
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(3.120)	(2.567)	(3.457)	(2.505)
Resultado da equivalência patrimonial	(36.910)	(32.007)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	1.567	(6.574)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	25.329	(2.201)	20.555	(6.605)
Prejuízo fiscal e base negativa	(4.937)	20.430	(37.506)	1.971
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	1.208	3.989
IR e CS Correntes	-	(14.520)	(4.133)	(18.342)
IR e CS Diferidos	-	14.520	5.341	22.331
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	1.208	3.989

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro 2024 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/06/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) fiscal do período	(14.521)	(2.145)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	113.262
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(560.808)	(671.925)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(575.329)	(560.808)



24. Transações com partes relacionadas

24.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
<u>Mútuo⁽ⁱ⁾</u>								
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	3.038	-	38	12	-	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	-	-	-	-	-	3	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.	-	-	-	-	-	6	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	2.020	-	21	1	-	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	-	-	-	4	-	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	-	-	-	-	-	6	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	3.037	1	36	20	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	1	-	15	-	-
Centrais Eólicas Angelin S.A.	-	-	-	1	-	8	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	1.015	104	14	99	-	-
Subtotal	-	-	9.110	107	109	175	-	-
<u>Resgate de ações</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.937	-	-	-	-	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽ⁱⁱⁱ⁾</u>								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	2.586	4.717	-	-	-	-	-	(9.700)
Controladas - LER 2013	(6)	2.150	-	-	-	-	-	(12.934)
Controladas - LER 2014	(1)	610	-	-	-	-	-	(3.668)
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	3.792	7.386	-	-	-	-	-	(14.214)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	164	164	-	-	-	-	-	-
Subtotal	6.535	15.028	-	-	-	-	-	(40.516)

Informações

Trimestrais



Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
<u>Outros créditos⁽ⁱⁱⁱ⁾</u>								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	26.216	26.186	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	13.165	13.165	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	10.557	10.557	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	533	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	536	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	535	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	357	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	49.938	49.908	30.486	30.486	-	-	-	-
Total	69.410	64.936	39.596	30.593	109	175	-	(40.516)
Apresentados como								
Circulante	56.473	64.936	30.486	30.486				
Não circulante	12.937	-	9.110	107				
	69.410	64.936	39.596	30.593				

24.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.018	42.541
Adição	67.127	15.200
Encargos financeiros provisionados	3	393
Amortização	(40.110)	(27.541)
Capitalização dos créditos com rateio	(6.852)	-
Capitalização do mútuo	(250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593
Adição	38.324	8.997
Encargos financeiros provisionados	-	110
Amortização	(33.954)	(104)
Saldos em 30 de junho de 2025	69.410	39.596

24.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- i) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- ii) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- iii) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 13, tanto a Companhia quanto a sua controlada, Renova Comercializadora, emitiram instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Projeto Alto Sertão III – Fase B e pela Companhia que em 30 de abril foram incorporadas conforme nota 1.1.5.

24.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$7.331 e R\$3.545, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,83	4,17	8,00	6,67	14,67
Remuneração fixa acumulada	2.053	1.662	3.715	599	4.314
Salário ou pró-labore	1.741	1.441	3.182	599	3.781
Benefícios diretos e indiretos	312	221	533	-	533
Remuneração variável acumulada	1.567	664	2.231	-	2.231
Bônus	419	-	419	-	419
Provisão Programa de participação no resultado	1.148	664	1.812	-	1.812
Benefícios pós emprego	20	7	27	-	27
Benefícios motivados pela cessação do cargo	759	-	759	-	759
Valor total da remuneração por órgão*	4.399	2.333	6.732	599	7.331

	30/06/2024					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	4,17	3,33	7,50	6,50	2,67	16,67
Remuneração fixa acumulada	1.837	1.090	2.927	563	97	3.586
Salário ou pró-labore	1.539	950	2.489	563	97	3.148
Benefícios diretos e indiretos	298	140	438	-	-	438
Remuneração variável acumulada	(775)	11	(785)	-	-	(785)
Bônus	250	146	396	-	-	396
Provisão Programa de participação no resultado	(1.025)	(157)	(1.182)	-	-	(1.182)
Benefícios pós emprego	67	-	67	-	-	67
Benefícios motivados pela cessação do cargo	677	-	677	-	-	677
Valor total da remuneração por órgão*	1.806	1.101	2.885	563	97	3.545

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/06/2025			30/06/2024			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,83	4,17	6,67	4,17	3,33	6,50	2,67
Valor da maior remuneração individual	1.746	687	90	767	521	90	24
Valor da menor remuneração individual*	1.016	519	90	44	253	90	24
Valor médio de remuneração individual	1.148	560	90	435	330	87	36

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante de até R\$12.133 para a remuneração global dos administradores no período de janeiro a dezembro de 2025.

25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	249	16.211	249	16.211
Partes relacionadas	56.473	64.936	56.473	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	11.035	22	11.035	22
Partes relacionadas	12.937	-	12.937	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.549	19.688	10.549	19.688
Empréstimos e financiamentos	1.545	688	1.545	688
Adiantamentos de clientes	118	100	118	100
Partes relacionadas	30.486	30.486	30.486	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	56.547	16.638	56.547	16.638
Empréstimos e financiamentos	32.196	31.881	32.196	31.881
Debêntures privadas	-	53.756	-	53.756
Partes relacionadas	9.110	107	9.110	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	94.540	94.540	94.540	94.540
	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	47.410	144.216	47.410	144.216
Aplicações financeiras	39.993	5.145	39.993	5.145
Contas a receber de clientes	76.551	48.798	76.551	48.798
Compromissos futuros	79.628	63.415	79.628	63.415
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	22	-	22
Compromissos futuros	205.691	213.868	205.691	213.868
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	80.856	65.404	80.856	65.404
Empréstimos e financiamentos	33.849	33.691	33.849	33.691
Contas a pagar - CCEE	185.585	159.834	185.585	159.834
Compromissos futuros	69.890	76.712	69.890	76.712
Adiantamentos de clientes	5.279	5.897	5.279	5.897
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	94.540
Não circulante				
Fornecedores	162.129	260.380	162.129	260.380
Empréstimos e financiamentos	697.725	1.110.499	697.725	1.110.499
Contas a pagar - CCEE	78.488	71.413	78.488	71.413
Compromissos futuros	113.112	85.503	113.112	85.503
DIP Cemig (outras contas a pagar)	94.540	94.540	94.540	94.540

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	249	-	16.211	-
Partes relacionadas	-	56.473	-	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	11.035	-	22	-
Partes relacionadas	-	12.937	-	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	10.549	-	19.688
Empréstimos e financiamentos	-	1.545	-	688
Adiantamentos de clientes	-	118	-	110
Partes relacionadas	-	30.486	-	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	56.547	-	16.638
Empréstimos e financiamentos	-	32.196	-	31.881
Debêntures privadas	-	-	-	53.756
Partes relacionadas	-	9.110	-	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	94.540	-	94.540

	Consolidado			
	30/06/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	47.410	-	144.216	-
Aplicações financeiras	39.993	-	5.145	-
Contas a receber de clientes	-	76.551	-	48.798
Compromissos futuros	79.628	-	63.415	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	-	22	-
Compromissos futuros	205.691	-	213.868	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	80.856	-	65.404
Empréstimos e financiamentos	-	33.849	-	33.691
Contas a pagar - CCEE	-	185.585	-	185.585
Compromissos futuros	69.890	-	76.712	-
Adiantamentos de clientes	-	5.279	-	5.897
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	162.129	-	260.380
Empréstimos e financiamentos	-	697.725	-	1.110.499
Contas a pagar - CCEE	-	78.488	-	71.413
Compromissos futuros	113.112	-	85.503	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	94.540	-	94.540

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em 30/06/2025	Valor justo em 30 de junho de 2025		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	86.483	86.483	-	-
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	148.648	148.648	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de junho de 2025 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de junho de 2025 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de junho de 2025, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Taxa efetiva em 30 de junho de 2025	12,28%	12,28%	12,28%
Aplicações financeiras:	86.483	86.483	86.483
Taxa anual estimada do CDI para 2025	12,28%	9,21%	6,14%
Perda anual nas aplicações financeiras	-	(2.752)	(5.505)
Empréstimos:	848.853	848.853	848.853
Taxa anual estimada do CDI para 2025	12,28%	15,35%	18,42%
Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(26.237)	(52.474)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,28%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,21% a.a.) e 50% (6,14% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (15,35% a.a.) e 50% (18,42% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe II	33.059	-	106.226	579.549	718.834
Classe III	8.023	6.264	62.645	144.477	221.409
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.575	-	5.097	27.807	34.479
Total	42.656	6.264	173.968	751.833	974.722

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros Circulante	Nota	Valor contábil Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	7	76.551	48.798

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de junho de 2025 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(731.574)	(1.144.190)
Patrimônio líquido	1.289.727	815.951
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	87.403	149.383
Dívida líquida + Patrimônio líquido	645.556	(178.856)
Patrimônio líquido		
Capital social	1.289.727	815.951
Índice de alavancagem financeira - %	50%	-22%

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

26. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do período das opções de compra de ações com valor de período inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2025	2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	(222)	13.843	(57.760)	(48.073)
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.184	372.184	372.184	372.184
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	(0,00)	0,04	(0,12)	(0,13)
<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.184	372.184	372.184	372.184
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	(0,00)	0,04	(0,12)	(0,13)

Em 30 de abril de 2025, a Renova Energia S.A. aprovou o grupamento de suas ações na proporção de 2 para 1, sem alteração no capital social. Conforme o CPC 41 – Resultado por Ação, os valores de resultado por ação foram ajustados retrospectivamente para todos os períodos apresentados, garantindo a comparabilidade das informações.

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 30 de junho de 2025 é como segue:

Objeto da Garantia	Risco de operação	Importância Segurada	Vigência	
			Início	Fim
Riscos operacionais		4.620.315	13/06/2024	30/06/2025
Responsabilidade Civil Geral		50.000	30/11/2024	30/11/2025
Fiança bancária		3.250	09/08/2024	09/08/2026
Fiança bancária		10.529	28/02/2025	28/02/2026

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2025	31/01/2026
Seguro empresarial dos escritórios	6.700	07/11/2024	07/11/2025
Seguro de riscos diversos - equipamentos	915	07/11/2024	07/11/2025
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/03/2024	29/04/2026
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	17/04/2026
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	17/04/2026

28. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Provisão para perda sobre investimento	9	7.402	500	-	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros		53.740	-	534.475	-
Aumento de capital em controladas		480.234	-	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	3.502	394	4.434	-
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	2.948	2.602	2.948	2.602
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	-	-	7	(404)
Ações resgáveis - Partes relacionadas		12.937	-	-	-

29. Eventos subsequentes

29.1. Recebimento de Indenização de Seguro

Em 14 de julho de 2025, a Companhia recebeu o valor de R\$5.000 referente à indenização de seguro decorrente de sinistro envolvendo uma turbina eólica. O valor foi pago pela seguradora conforme apólice vigente e será reconhecido contabilmente nas demonstrações do trimestre subsequente.

29.2. Venda de ativo contingente

Em 14 de julho de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$23.500 referente à venda de um direito creditório decorrente de decisão judicial favorável, relacionado a projetos desenvolvidos em exercícios anteriores que possuía uma baixa probabilidade de recebimento. O recebimento representa ingresso relevante de recursos e será refletido nas demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2025.

29.3. Assinatura do Contratos de Uso do Sistema de Transmissão

Em 10 de julho de 2025 a Renova Energia S.A. celebrou Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), viabilizando o acesso a 81 MW no Sistema Interligado Nacional.

A iniciativa permitirá a implantação de Data Centers operados por terceiros, utilizando a infraestrutura elétrica do Complexo Eólico Alto Sertão III. A energização está prevista para até dezembro de 2025.

29.4. Aumento de Capital

Em 31 de julho de 2025, o Conselho de Administração da Renova Energia S.A. aprovou aumento de capital social por subscrição privada, limitado a R\$2.185, com emissão de até 1.011.563 ações ordinárias. A homologação poderá ser parcial, desde que atingido o mínimo de R\$2.004, e está condicionada ao término do prazo de exercício do direito de preferência.

29.5. Pagamento parcela semestral com garantia real PRJ Classe II e III

Classe II (Garantia Real) e Extraconcursal: Em 14 de agosto de 2025, foi realizado o pagamento de R\$ 48,6 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de fevereiro a 14 de agosto de 2025, conforme 7º aditamento do plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Classe III Quirografários: Em 14 de agosto de 2025, foi realizado o pagamento de R\$ 8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 15 de fevereiro a 14 de agosto de 2025, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.